



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



**PARECER Nº. 071/2025, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,**  
**LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

**Ementa:** Projeto de Lei Complementar nº 05/2025, que institui a revisão do Plano Diretor. Análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regularidade regimental. Competência municipal para planejamento urbano. Conformidade com o Estatuto da Cidade. Avaliação da técnica legislativa conforme LC nº 95/1998. Exame da redação, coerência normativa, estrutura do texto e adequação dos instrumentos urbanísticos. Admissibilidade e regular prosseguimento da tramitação legislativa. Conclusão da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por unanimidade, pela admissibilidade do projeto.

**1. RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Complementar nº 005/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que “institui a Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Guaíra e revoga as disposições em contrário”.

Compete à CCLJ, nos termos do Regimento Interno, pronunciar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, gramatical e de técnica legislativa, para fins de admissibilidade e regular tramitação da matéria.

Eis o relatório.

**2. VOTO DO RELATOR**

O projeto versa sobre matéria de competência municipal, em conformidade com os arts. 30, I e VIII, da Constituição Federal, que conferem ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local e promover o adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

A proposta também se harmoniza com os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que dispõem sobre política urbana, e com o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), que exige Plano Diretor para municípios com mais de vinte mil habitantes, como é o caso de Guaíra.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



Não há violação de cláusulas constitucionais, princípios federativos, nem competência exclusiva da União ou do Estado. **Conclusão: Constitucionalidade formal e material atendida.**

O Plano Diretor é um instrumento obrigatório previsto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que estabelece as diretrizes gerais da política urbana, incluindo macrozoneamento, função social da propriedade, gestão democrática e instrumentos urbanísticos.

O projeto observa tais diretrizes, incorporando macrozoneamento municipal e urbano, instrumentos urbanísticos (PEUC, IPTU progressivo, TDC, consórcio imobiliário), diretrizes ambientais e gestão democrática (conselhos, audiências, conferências).

Não há conflito com leis federais ou estaduais aplicáveis, tampouco afronta à legislação municipal já consolidada, ainda que se recomende futura revisão das leis urbanísticas correlatas (uso do solo, parcelamento, sistema viário, código de obras), sem prejuízo de sua tramitação. **Conclusão: Legalidade preservada.**

O projeto encontra-se corretamente fundamentado, insere-se na competência do Município e atende aos princípios gerais do Direito Administrativo, em especial aos da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência.

Os instrumentos urbanísticos previstos seguem rigorosamente o Estatuto da Cidade e a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores.

Há previsão adequada de função social da propriedade, instrumentos de indução do desenvolvimento urbano, gestão democrática, criação e competências de órgãos colegiados e vigência e revogação expressa. Não se identificam vícios de iniciativa, forma ou conteúdo. **Conclusão: Juridicidade atendida.**

O processo legislativo está regular, não havendo afronta às etapas previstas no Regimento, sendo matéria de iniciativa correta e sujeito à tramitação ordinária. **Conclusão: Regularidade regimental reconhecida.**

A redação apresenta adequada norma culta da língua portuguesa, compatível com o padrão legislativo. Ainda que existam pequenas expressões que poderiam ser aprimoradas em fase de consolidação final (como padronização de termos e redução de adjetivações), tais questões não comprometem a admissibilidade nem a clareza do texto. **Conclusão: Redação gramatical satisfatória.**

O projeto observa, em linhas gerais, a Lei Complementar nº 95/1998, que disciplina a elaboração das leis. Cumpre adequadamente a estruturação em Títulos, Capítulos e Seções, contém ordem lógica de matérias, clareza e impessoalidade, divisão



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



interna em artigos com comandos próprios e cláusulas de vigência e revogação.

Portanto, a matéria inserida no projeto de Lei é, outrossim, formal e materialmente constitucional. Dito isto, **meu voto é favorável a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 05/2025.**

Sala de Reuniões, em 10 de dezembro de 2025.

**GIVANILDO JOSÉ TIROLTI**

Relator

**3. PARECER DA COMISSÃO - FAVORÁVEL**

Os demais membros da Comissão acompanharam o voto do relator, sendo a conclusão da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça pela **tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 05/2025.**

Sala de Reuniões, em 10 de dezembro de 2025.

**CRISTIANE GIANGARELLI**  
Secretária